

## CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

O BANCO PAULISTA S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o número 61.820.817/0001-09, remete ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com a Resolução BCB N° 2, De 12 de Agosto de 2020:

- · Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Valor Adicionado;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas.

As demonstrações financeiras serão publicadas no sítio da instituição no endereço eletrônico www.bancopaulista.com.br, no dia 31 de março de 2025.

### Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das Demonstrações Financeiras e demais documentos contidos neste arquivo. Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das Demonstrações Financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as Demonstrações Financeiras como um todo.

Confirmamos que as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas encontram- se, nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na Administração e foram submetidas à auditoria externa, sendo o relatório parte integrante desta remessa eletrônica para publicação na Central de Demonstrações Financeiras.

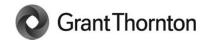
São Paulo, 31 de março de 2025

BANCO PAULISTA S.A.

Bruno Cunha Almeida Diretor Rui Luis Fernandes Diretor

Ana Cristina Alves Afonso

CRC 1SP234300/O-5



Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252OM-071-PB





# Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	ц
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024	12



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil [BACEN] e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O Banco Paulista encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com um Prejuízo de R\$ 68 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 165,15 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 1,7 bilhões e estavam formados, substancialmente, por R\$ 991 milhões de Operações de Crédito e R\$ 424,4 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os Recursos Captados representam R\$ 1,46 bilhão.

Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções.

Circular 3.068/01 – BACEN: O Banco Paulista declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 175 milhões, representando 41,24% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

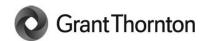
O Banco Paulista tem adotado um conjunto de ações e medidas que visam à proteção da Instituição e que vem, continuamente, contribuindo para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão e de Governança para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.

**Agradecimentos:** A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 28 de março de 2025

A Administração



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -12ª andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil T +55 11 3886-5100 www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Paulista S.A.** São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo a resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira co Banco Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



# Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

# Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

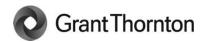
Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banco a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros Contador CRC 1SP-208.108/O-1

BANCO PAULISTA S.A.
Baltinços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reafe)

	Notas explicativas	31/12/2024	31/12/2023		Notas explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Girculante		500.027	641,684	Passivo Circulante		866.850	979.190
Caixa e equivalente de caixa	ţ	337	1,041	Donácitos o domais instellementes financiisos		764 933	06.9 27.9
Disponibilitatues Aplicações interfinanceiras de liquidez	4P	· •	- '	Depósitos e demais menanciamos mancemos Depósitos	41	592 274	710 130
				Captações no mercado aberto - carteira própria	15	41.150	29.104
Instrumentos financeiros		495,859	623,200	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	143,341	215.554
Aplicações interfinanceiras de liquidez	rð.	1.549	1.650	Obrigações por empréstimos e repasses	16	4.081	6.991
Títulos e valores mobiliários	9	770.77	204.861	Relações interdependências e interfinanceiras	10	487	494
Instrumentos financeiros derivativos	7	•					
Relações interfinanceiras	10	53,349	37.749	Provisões	•	79.341	4,446
Operações de crédito - setor privado	œ	236,636	264.894	Para imposto de renda e contribuição social	18a	424	•
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	œ	123.471	106.432	Para pagamentos a efetuar	17	4.772	4.446
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	6	3,777	7.614	Para garantias financeiras prestadas		•	
				Para passivos contingentes	33b	74.145	•
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	,	(6.961)	(5.049)				
(-) Operações de crédito	∞	(5.787)	(4.167)	Outros passivos		6,176	12,471
<ul> <li>(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito</li> </ul>	∞	(1.137)	(802)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		432	295
<ul> <li>(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito</li> </ul>	6	(37)	(77)	Fiscais e previdenciárias	18a	3.058	3.127
-			:	Sociais e estatutárias	•	' ;	' '
Outros ativos		10,792	22,492	Diversas	18b	2.686	9.049
Despesas antecipadas	;						
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	<del>-</del>	3.581	3.381				
S S S S S S S S S S S S S S S S S S S	71	- 17:	- - - -				
		100					
Não Circulante		1.207.307	1.002.276	Não circulante		6/5 339	492,524
Instrumentos financeiros		1.103.495	889,632	Depósitos e demais instrumentos financeiros		669.541	470,609
Títulos e valores mobiliários	9	347.345	94.674	Depósitos	. 41	068.890	400.299
Operações de crédito - setor privado	œ	753.983	763.074	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	21.181	37.347
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	80	i	4.582	Dívidas subordinadas	16	38.470	32.963
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	o	2.167	27.302				
				Provisões		3,192	3,644
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(22,527)	(12,313)	Para garantias financeiras prestadas	•	45	167
(-) Operações de crédito	00	(22.504)	(12.002)	Para passivos contingentes	33b	3.147	3.477
<ul> <li>(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito</li> </ul>	ω	•	(32)				
<ul> <li>(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito</li> </ul>	6	(23)	(276)	Outros passivos		2.606	18.271
Creditor tributários	294	56 033	42 120	Diversas	091	909.7	10.271
Cleditos tilbutallos	222	2000	44.120	Patrimônio Iíquido	5	165 145	172 246
Outros ativos		896.99	79.517	Capital Social - domiciliado no país	2	253 300	184.300
Diversos	12	896'99	79.517	Aumento de Capital		31,000	
				Capital a integralizar		(31.000)	
Investimentos	13	2,117	2,117	Reservas de lucros		•	602
Outros investimentos		2.117	2.117	Lucro ou (Prejuízo) acumulado		(80.086)	(12.672)
		44.0	700	Ajuste ao valor de mercado - 1 VM e derivativos		(890.8)	9
Intobilizado de uso Imóveis de uso		957	901				
Ontras imphilizações de uso		5 796	5.392				
(-) Depreciações acumuladas		(5.643)	(5.362)				
Intangível		111	216				
Ativos intangíveis		5.646	5.646				
(-) Amortizações acumuladas		(5.535)	(5.430)				
Total do ativo		1 707 334	1.643.960	Total do passivo e patrimônio líquido		1 707 334	1 643 960

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

_	Notas explicativas	2º semestre	2024	2023
Receitas de intermediação financeira		153.706	301.555	289.107
Operações de crédito	8i <sup>–</sup>	102.308	212.376	224.691
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e	5/6	46.514	80.567	58.373
Resultado com depósitos voluntários	10	4.882	8.566	5.261
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7b	-	-	624
Resultado com operações de câmbio		2	46	158
Despesas de intermediação financeira	_	(104.673)	(202.377)	(209.296)
Operações de captações	20	(89.442)	(174.278)	(198.520)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8f	(15.231)	(28.099)	(10.776)
Resultado bruto de intermediação financeira	-	49.033	99.178	79.811
Outras receitas (despesas) operacionais	_	(121.773)	(161.344)	(110.199)
Receitas de prestação de serviços	21a	3.929	5.058	2.777
Rendas de tarifas bancárias	21b	14.793	28.747	21.351
Despesas de pessoal	22	(23.431)	(45.098)	(49.779)
Despesas administrativas	23	(31.610)	(56.798)	(66.668)
Despesas tributárias	24	(5.240)	(10.323)	(12.061)
Despesas com provisões	25	(74.736)	(74.852)	(635)
Outras receitas operacionais	26	8.707	24.118	37.959
Outras despesas operacionais	27	(14.186)	(32.196)	(43.143)
Resultado operacional		(72.740)	(62.166)	(30.388)
Resultado não operacional	28 _	(104)	169	651
Resultado antes da tributação sobre o lucro e partici	pações _	(72.844)	(61.997)	(29.737)
Imposto de renda e contribuição social	29	(181)	(5.136)	12.755
Provisão para imposto de renda		(2.744)	(6.822)	-
Provisão para contribuição social		(2.259)	(5.611)	-
Ativo fiscal diferido	29	4.822	7.297	12.755
Participações estatutárias no lucro	-	(295)	(884)	(246)
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercícios	=	(73.320)	(68.017)	(17.228)
(Prejuízo) Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		(172,74)	(160,24)	(40,59)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

8

### BANCO PAULISTA S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2º semestre	2024	2023
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercícios	(73.320)	(68.017)	(17.228)
Outros resultados abrangentes	(2.613)	(8.085)	2.941
Investimentos financeiros disponíveis para venda	(4.750)	(14.700)	5.347
Imposto de renda e contribuição social	2.137	6.615	(2.406)
(Prejuízo) Lucro líquido abrangente do semestre/exercícios	(75.933)	(76.102)	(14.287)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

9

BANCO PAULISTA S.A.

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

		'	Reservas de lucros	de lucros			
	Capital Social	Capital Social a integralizar	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros/ Prejuízos Acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2022	184.300	ī	603	4,555	(2.925)	1	186,533
Prejuizo Inquido do exercicio Reserva legal			<u>-</u> (E)			(17.228)	(17.228)
Reserva estatutária	ı	1		(4.555)		4.555	1 3
Ajuste ao valor de mercado I vivi e derivativos Saldos em 31 de dezembro de 2023	184.300		602		2.941 <b>16</b>	(12.672)	2.941 172.246
Mutações no exercício	•	•	(1)	(4.555)	2.941	(12.672)	(14.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	184,300	•	602		16	(12,672)	172.246
Prejuízo líquido do exercício	•	•	1	•	ı	(68.017)	(68.017)
Absorção do prejuízo	•	1	(602)			602	1
Aumento de Capital	100.000	ı	ı	ı	1	ı	100.000
(-) Capital a realizar	(31.000)	1	•		1	1	(31.000)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	1 000	•	1	•	(8.085)	- 100	(8.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	005.562	•	-		(890.8)	(80.087)	165, 144
Mutações no exercicio	000 69	•	(602)		(8.085)	(67.415)	(7.102)
Saldos em 30 de junho de 2024	184.300	•	•		(5.456)	(6.767)	172.077
Prejuízo líquido do semestre	•	1	•	•		(73.320)	(73.320)
Aumento de Capital	100.000	1	1	1		•	100.000
(-) Capital social a integralizar	1	(31.000)	•	•		•	(31,000)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	•		-	1	(2.613)	-	(2.613)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	284.300	(31.000)		-	(8.069)	(80.087)	165.144
Mutações no semestre	100.000	(31.000)	•		(2.613)	(73.320)	(6.933)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### BANCO PAULISTA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2º semestre	2024	2023
Lucro líquido ajustado do semestre e exercícios	29.527	67.716	9.568
Lucro líquido do semestre e exercícios	(73.320)	(68.017)	(17.228)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	102.847	135.733	26.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	15.232	28.099	10.776
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	7.611	5.136	(12.755)
Depreciações e amortizações (nota 28)	188	386	681
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(284)	(425)	(426)
Outras atualizações monetárias	63	99	(000)
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(59)	(486)	(688)
Reversões de depósitos judiciais	1.284	1.501	76
Provisões para contingências	859 1	1.642 1	6.465
Provisões para fianças Reversão de provisões de fianças	1		123
•	'	(122)	(37)
Reversão Provisão Despesa de Pessoal Reversão de provisão de precatórios	(26)	(415)	(1.135) (493)
Provisões para auto de infração da Receita Federal (nota 19a)	74.146	74.146	504
Reversão de provisão de processos Receita Federal (10ta 19a)	74.140	74.140	4.178
Provisões para IR e CSLL	5.003	12.433	4.170
Encargos financeiros Dívida Subordinada	2.890	5.507	5.540
Baixa no intangível	2.000	-	478
Despesas de consignação INSS / FGTS	7.684	14.929	16.215
Ajuste MtM em títulos e valores mobiliários	1.811	1.387	235
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(13.557)	(8.085)	(2.941)
,	,	,	, ,
Variação de ativos e passivos			
Redução (aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros	(6)	101	16.382
Redução em títulos e valores mobiliários	(24.060)	(128.972)	27.552
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	41.247	(15.608)	(36.267)
(Aumento) em operações de crédito	9.999	21.372	(53.379)
Redução (aumento) em outros ativos	1.121	5.718	(26.165)
Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	-	-	40
Redução (aumento) em créditos tributários	41	(4.437)	2.406
(Aumento) redução em títulos e créditos a receber	(15.360)	16.519	335.029
(Redução) aumento em depósitos	(158.822)	(91.737)	(285.473)
Aumento (redução) de captações no mercado aberto	(47.745)	12.046	21.447
(Redução) aumento em outros passivos	(9.378)	(21.890)	(19.517)
(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	20.143	12.364	(15.832)
(Redução) aumento em sociais e estatutárias			(4.900)
Aumento (redução) em provisões	148.542	148.797	(7.603)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.751)	21.989	(36.712)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado de uso	(404)	(404)	(184)
Aplicações no intangível	` -	` ,	1
Aplicações em investimentos	-	-	(365)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(404)	(404)	(548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	22 222	00 000	
Aumento de Capital Social	69.000	69.000	(0.004)
(Redução) de obrigações por empréstimos e repasses	(1.106)	(2.910)	(2.201)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(73.443)	(88.379)	(26.076)
Aumento em dívida subordinada	/E E40\	(22.290)	(20 277)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(5.549)	(22.289)	(28.277)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(10.704)	(704)	(65.537)
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 4)	11.041	1.041	66.578
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios (nota 4)	337	337	1.041
,	(10.704)	(704)	(65.537)
		,·/	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

O Banco Paulista S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlado pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.

# 2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), advindas das normas emanada do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Bacen, incluindo as Resoluções CMN nº 4.818 e BCB nº 2, ambas de 2020, dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") recepcionados em normas do CMN ou do Bacen e da legislação societária.

Conforme o artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, o Banco decidiu por exercer a faculdade prevista neste artigo, de divulgar as Demonstrações contábeis de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo estas revisadas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 28 de março de 2025.

b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### c) Instrumentos financeiros

### Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

### <u>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</u>

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de futuros os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço; e
- Operações de swap o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita guando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

### Negociação e intermediação de valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

<u>Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de</u> títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

### d) Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### e) <u>Imobilizado e intangível</u>

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

### f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

### g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre).

A contribuição social, obedece às seguintes alíquotas:

• A partir de janeiro de 2023 – 20%.

### Diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

<u>Contingências ativas</u> – não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

### i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

### j) <u>Lucro ou prejuízo por ação</u>

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

### k) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB  $n^{\circ}$  2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo  $34^{\circ}$ , passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I — não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II — não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa nº 36.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

### a) Disponibilidades

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades - Em moeda nacional	314	456
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	23	585
Caixa e equivalentes de caixa	337	1.041

### b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 1.698 (R\$ 6.433 em 2023), que foram transacionadas sem posição para o encerramento do exercício.

### 5. Depósitos interfinanceiros

Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31/12/2	024	31/12	/2023
	de 91 a	Total	de 91 a	Total
	360 dias		360 dias	
Depósitos Interfinanceiros – Microcrédito (i)	1.549	1.549	1.650	1.650
Total	1.549	1.549	1.650	1.650

<sup>(</sup>i) Depósito interfinanceiro para cumprimento da exigibilidade de Microcrédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 1.113 (R\$ 2.454 em 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 6. Títulos e valores mobiliários

### a) <u>Títulos e valores mobiliários – Composição por classificação</u>

	31/1	12/2024	31/12/	2023
		Saldo		Saldo
	Custo (i)	Contábil (ii)	Custo (i)	Contábil (ii)
Títulos para negociação				
Carteira própria – livres	74.436	74.443	15.300	15.321
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.869	39.876	7.294	7.301
Notas do Tesouro Nacional - NTN	737	737	-	-
Títulos da Dívida Agrária - TDA	1	1	1	1
Cotas de Fundos de Investimentos - CFI (iii)	1.450	1.450	1.518	1.518
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC (iii)	32.330	32.330	3.030	3.030
Debêntures	-	-	512	513
Ações de Companhias Abertas	49	49	69	69
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	57	70
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	2.819	2.819
Total de títulos para negociação	74.436	74.443	15.300	15.321
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria – livres	131.795	128.259	149.187	155.171
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	42.578	42.755	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	87.740	82.868	100.420	101.302
Títulos da Dívida Agrária - T D A	3	2	3	2
Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	362	570	-	-
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC (iii)	1.112	2.064	42.852	47.955
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	5.912	5.912
Vinculados a operações compromissadas	46.051	41.483	35.005	34.370
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			4.807	4.809
Notas do Tesouro Nacional - NTN	46.051	41.483	30.198	29.561
Vinculados à prestação de garantias (iv)	5.163	5.200	_	_
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.163	5.200		
Lettas i mancenas do resouro - Er i	3.103	J.200		
Total de títulos disponíveis para venda	183.009	174.942	184.192	189.541
Títulos mantidos até o vencimento (v)				
Carteira própria – livres	175.037	175.037	94.673	94.673
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC (iii)	175.037	175.037	94.673	94.673
Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)				
Total de títulos mantidos até o vencimento (iv)	175.037	175.037	94.673	94.673
Total	432.482	424.422	294.165	299.535

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### (i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, referem-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição. As cotas dos Fundos de Investimento e dos Fundos em Direitos Creditórios refere-se ao custo ajustado ao PU que é disponibilizado por seus respectivos administradores.

### (ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

### (iii) Aplicações em cotas de fundos de Investimento:

		<u>FUNDOS</u>	31/12/2024	31/12/2023
FIP	(a)	Industrial Parks Brasil FIP Multiestratégia	1.450	1.518
FIDC	(b)	Esmeralda - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	3.029	3.030
FIDC	(c)	BPD - Consignado Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	26.660	-
FIDC	(d)	AFA High Yield Credit Opportunity Fundo de investimento em Direitos Creditórios	2.038	-
FIDC	(e)	Multiplike Fundo de investimento em Direitos Creditórios	603	
		Total de Fundos Investidos para negociação	33.780	4.548
FIDC	(c)	BPD - Consignado Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	-	45.296
FIDC	(b)	Esmeralda - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.064	2.092
FII	(f)	Singulare Fundo de Investimento Imobiliário	565	562
FIP	(a)	Industrial Parks Brasil FIP Multiestratégia	5_	5_
		Total de Fundos Investidos Disponível para venda	2.634	47.955
FIDC	(g)	Structure Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	80.279	94.673
FIDC	(h)	Canal 75 Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	11.044	-
FIDC	(c)	BPD - Consignado Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	32.452	-
FIDC	(i)	Citrino FIDC	50.267	-
FIDC	(j)	SF4 - Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	995	-
		Total de Fundos Investidos mantidos até o vencimento	175.037	94.673
		Total	211.451	147.176

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

- a) O Industrial Parks Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Fundo), administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., foi constituído em 19 de agosto de 2008, sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, revogada pela instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, com prazo de duração até 19 de novembro de 2025, conforme 54ª Assembleia Geral de Cotistas de 09 de novembro de 2023.
  - A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 29 de fevereiro de 2024, foi emitida em 28 de junho de 2024, com Relatório do auditor independente, sem ressalvas.
  - O Fundo está em fase de desmobilização, tendo realizado a grande maioria de seus ativos no início de 2021.
- b) O Esmeralda Fundo de Investimento em Direitos Creditórios iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2017 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. É administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
  - Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía 9.290,43 cotas subordinadas, representando 19,6% das cotas emitidas.
  - A Demonstração Contábil do Fundo foi emitida em 18 de dezembro de 2024, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2024, com relatório do auditor independente com ressalvas referente ao montante de R\$ 4.155 de imóveis destinados à venda, que foram avaliados com laudos emitidos em 17 de janeiro de 2022, impossibilitando os auditores de concluir eventuais ajustes nas demonstrações contábeis, considerando possíveis Laudos atualizados.
- c) O BPD Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (BPD FIDC) foi constituído em 01/04/2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração e é administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela GV Atacama Capital Ltda.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco cedeu para o fundo BPD Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Consignados, crédito consignado pelo montante de R\$ 50.408, cujos valores nominais totalizavam R\$ 77.255. O lucro com esta Cessão foi de R\$ 5.898, registrado na rubrica "Lucro de Cessão de Créditos".

Não houve Cessões do Banco para o Fundo BPD FIDC no exercício de 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco alterou as 74.257,728 cotas do "BPD" da categoria de "Títulos Disponíveis para Venda" para a categoria "Negociação". Com esta reclassificação foi reconhecido o montante de R\$ 4.789 na rubrica "renda com títulos e valores mobiliários", para melhor aderência contábil e a estratégia comercial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Em 11 de junho de 2024, o Banco adquiriu 50.311,249 novas cotas do Fundo "BPD", pelo montante de R\$ 50.715, que foram classificadas na Categoria "mantidos até o vencimento".

A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 31 de outubro de 2023, foi emitida em 25 de janeiro de 2024, com Relatório do auditor independente, sem ressalvas.

Em 15 de agosto de 2024, o Banco vendeu no mercado secundário, para investidores qualificados, 7.200 cotas do Fundo "BPD", pelo mesmo valor patrimonial da cota.

d) O AFA High Yield Credit Opportunity Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios foi constituído em 11 de outubro de 2022 sob a forma de condomínio aberto e prazo de duração indeterminado, administrado pela Planner Corretora de Valores e Gerido pela Acura Gestora de Recursos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possuía 1.424,739716 cotas seniores.

A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 30 de junho de 2024 foi emitida em 26 de setembro de 2024, com relatório do auditor independente, sem ressalvas.

e) O Multiplike Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios foi constituído em 17 de abril de 2018, sob a forma de condomínio aberto e prazo de duração indeterminado, tem a Administração e Custódia da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Gestão da Multiplike Gestão de Recursos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possuía 10,5594258 cotas da classe mezanino.

A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 31 de agosto de 2024 foi emitida em 29 de novembro de 2024, com relatório do auditor independente, sem ressalvas.

f) O Singulare Fundo De Investimento Imobiliário (FII) é um fundo de investimento imobiliário, constituído em 28 de agosto de 2012 sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com prazo de duração indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía 2.009 cotas subordinadas, representando 7,6% das cotas emitidas.

A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2023, foi emitida em 26 de março de 2024, com Relatório do auditor independente, sem ressalvas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

g) O Structure Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, iniciou suas atividades em 29 de novembro de 2019, sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com prazo de duração de 61 meses.

O investimento do Banco, no Fundo, está representado pela aquisição de cotas Subordinadas Mezanino.

A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 31 de maio de 2024, foi emitida em 29 de agosto de 2024, com Relatório do auditor independente, sem ressalvas.

h) O Canal 75 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios e títulos representativos de crédito, originários de operações decorrentes de empréstimos consignados representados pela emissão de cédulas de crédito bancário pelo Cedente em favor dos Devedores (Direitos Creditórios). O Fundo é destinado a investidores qualificados nos termos da legislação aplicável e tem prazo de duração indeterminado.

A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 31 de maio de 2024, foi emitida em 20 de agosto de 2024, com Relatório do auditor independente, sem ressalvas.

- O Citrino Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados, foi constituído na categoria "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)", em 18 de maio de 2022, sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
  - O Fundo terá prazo de duração indeterminado.
  - A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 30 de novembro de 2023, foi emitida em 28 de fevereiro de 2024, com Relatório do auditor independente, sem ressalvas.
- j) O SF4 Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios- Responsabilidade Limitada, foi constituído em 27 de outubro de 2016, sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração indeterminado.

A Demonstração Contábil do Fundo, relativo ao período findo em 30 de junho de 2024, foi emitida em 30 de setembro de 2024, com Relatório do auditor independente, sem ressalvas.

### (iv) Vinculados a prestação de garantias

Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, no montante de R\$ 5.200 em 30 de junho de 2024 (não houve saldo em 31 de dezembro de 2023). Esses títulos podem ser substituídos por outros títulos caso haja a necessidade de venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

(v) Em atendimento à Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 175.037 (R\$ 94.673 no Exercício de 2023).

### 25

# Banco Paulista S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

# b) Títulos e valores mobiliários – Composição por vencimento

			31/12/2024	4			31/12/2023
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	ı	•	570	27.706	11.600	39.876	7.301
Títulos da Dívida Agrária – TDA	1	•	•	•	1	1	_
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1	•	•	•	737	737	•
Cotas de Fundo de Investimento – CFI	1.450	•	•	•	•	1.450	1.518
Cotas de Fundo de Direitos creditórios – FIDC	32.330	•	•	•	•	32.330	3.030
Debêntures	ı	•	•	•	ı	1	513
Ações de Companhias Abertas	49	1	•	1	•	49	69
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	ı	•	•	1	ı	1	20
Certificado de Depósito Bancário- CDB	ı	ı	ı	ı	ı	ı	2.819
Total de títulos para negociação (i)	33,829	1	570	27.706	12,338	74.443	15,321
Títulos disponíveis para venda							ı
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	•	1		36.360	11.595	47.955	4.809
Notas do Tesouro Nacional – NTN	ı	1	•	1	124.351	124.351	130.863
Títulos da Dívida Agrária – TDA	ı	1	1	1	1	2	2
Cotas de Fundo de Investimento – CFI	570	•	•	•	•	570	2
Cotas de Fundo de Direitos creditórios – FIDC Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.064					2.064	47.950 5.912
Total de títulos disponíveis para venda (i)	2.634	•		36.361	135.947	174.942	189.541
<b>Títulos Mantidos até o vencimento</b> Cotas de Fundos de Direitos Creditórios – FIDC	175.037				•	175.037	94.673
Total de títulos mantidos até o vencimento	175.037					175,037	94,673
Total	211.500	•	570	64.067	148.285	424.422	299,535

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 77.756 (R\$ 49.486 em 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Houve a reclassificação de categoria do "BPD – Consignado Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios", no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, da categoria de "Títulos Disponíveis para Venda" para a categoria "Negociação". Com esta reclassificação foi reconhecido o montante de R\$ 4.789 na rubrica "renda com títulos e valores mobiliários". Não houve reclassificação de títulos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Não houve operações relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

### a) Margem de garantia

A margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, são os títulos apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.200	
Total	5.200	-

### b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Não há resultados com operações de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 624 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 8. Operações de crédito – setor privado

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

### a) Por tipo de operação

-	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	907.415	766.892
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	72.300	143.071
Financiamentos - Rurais a agroindustriais	7.587	38.148
Cessão com coobrigação	3.317	34.164
•	990.619	982.275
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação	123.471	408.063
<u> </u>	123.471	408.063
Total das operações de crédito	1.114.090	1.390.338
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(28.291)	(13.079)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	`(1.137)	`(1.943)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(29.428)	(15.022)
Total	1.084.662	1.375.316

<sup>(</sup>i) Refere-se substancialmente ao aumento dos contratos classificados no rating "H". (Nota Explicativa nº 8f)

### b) Por setor de atividade

	31/12/2024		31/12/2023	
Setor privado	CARTEIRA	PDD	CARTEIRA	PDD
Indústria	101.141	(1.233)	104.340	(1.150)
Comércio	188.874	(2.429)	182.117	(2.059)
Serviços	338.092	(12.271)	242.554	(4.773)
Pessoas físicas	482.666	(13.430)	588.770	(8.535)
Cessão com coobrigação	3.317	(65)	21.201	(492)
Total	1.114.090	(29.428)	1.138.982	(17.009)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### c) Por faixa de vencimento

	31/12/2024		31/12/2	023
	CARTEIRA	PDD	CARTEIRA	PDD
Parcelas vencidas	38.183	(11.705)	26.915	(6.490)
Parcelas vincendas	-	-	-	-
Até 90 dias	171.868	(1.842)	158.014	(1.491)
De 91 dias a 180 dias	68.989	(8.236)	81.865	(1.911)
De 181 dias a 360 dias	81.067	(721)	104.532	(1.147)
Acima de 360 dias	753.983	(6.924)	767.656	(5.970)
Total	1.114.090	(29.428)	1.138.982	(17.009)

### d) Concentração de crédito

	31/12/2024		31/12/2	023
	CARTEIRA	PDD	CARTEIRA	PDD
Clientes				
10 maiores clientes	215.773	(3.106)	164.445	(2.825)
11 a 60 maiores clientes	320.034	(3.517)	306.598	(3.333)
61 a 160 maiores clientes	146.750	(7.551)	120.567	(2.352)
Demais	431.533	(15.254)	547.372	(8.499)
Total	1.114.090	(29.428)	1.138.982	(17.009)

### e) Composição da carteira por nível de risco

		Sal	dos da carteira			
		31/12/2024			31/12/20	23
Nível	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
AA	9.799	-	9.799	0,88	27.427	2,41
Α	431.088	-	431.088	38,69	522.812	45,90
В	584.564	9.692	594.256	53,34	521.881	45,82
С	22.133	7.373	29.506	2,65	33.481	2,94
D	12.905	5.044	17.949	1,61	23.399	2,05
E	5	4.079	4.084	0,37	3.607	0,32
F	15.284	3.193	18.477	1,66	1.614	0,14
G	16	2.467	2.483	0,22	2.724	0,24
Н	113	6.335	6.448	0,58	2.037	0,18
Total (i)	1.075.907	38.183	1.114.090	100,00	1.138.982	100,00

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

(ii)

			Provi	são			
	31/12/2024			31/12/	31/12/2023		
Nível	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
Α	0,5	2.155	-	2.155	7,32	2.614	15,37
В	1,0	5.846	97	5.943	20,19	5.219	30,68
С	3,0	664	221	885	3,01	1.004	5,91
D	10,0	1.291	504	1.795	6,10	2.340	13,76
E	30,0	2	1.224	1.225	4,16	1.082	6,36
F	50,0	7.642	1.597	9.239	31,39	806	4,74
G	70,0	11	1.727	1.738	5,91	1.907	11,21
Н	100,0	113	6.335	6.448	21,91	2.037	11,97
Total		17.723	11.705	29.428	100,00	17.009	100,00

### f) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do semestre/exercício	17.009	15.022
Constituições líquidas (8e)	28.099	10.775
Baixas de créditos contra prejuízo	(15.680)	(8.788)
Saldo no final do semestre/exercício	29.428	17.009

### g) Créditos renegociados e recuperados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve a renegociação no montante de R\$ 3.428, não houve renegociação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O saldo dos créditos renegociados, No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado obtido totaliza R\$ 7128 (R\$ 3.968, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizam resultado obtido de R\$ 250 (R\$ 292 em 2023).

### h) Cessões de crédito

O Banco celebrou em dezembro de 2020 um "Convênio para o Estabelecimento de Condições Gerais para a Cessão e Aquisição de Créditos sem Coobrigação", com uma Instituição Financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de consignações decorrentes de empréstimos e de operações com cartão de crédito aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do regime geral de previdência social.

Não houve aquisições durante o Exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Em 2023, o Banco adquiriu créditos, conforme o "Convênio", pelo montante de R\$ 131.124, cujos valores nominais totalizavam R\$ 240.063. O resultado do 1º semestre de 2024, com os créditos adquiridos anteriormente, foi de R\$ 40.007 (R\$ 43.727 em 2023) registrado na rubrica "Receitas de intermediação financeira Operações de Crédito". (Nota Explicativa nº 8i)

A taxa média da aquisição foi de 1,62%, para cada uma das Cessões, registrado na rubrica de "Outros Ativos Diversos" (Nota Explicativa nº 12), sendo o saldo de R\$ 18.190 (R\$ 35.614 em 2023), que está sendo diferido ao longo do prazo dos contratos adquiridos e registrado na rubrica "Outras Despesas Operacionais – Diferimento consignado", no total de R\$ 17.453 (R\$ 11.109 em 2023) (Nota Explicativa nº 27).

Em 26 de agosto de 2022, o Banco cedeu com coobrigação, créditos consignados próprios. O saldo dos Créditos cedidos com coobrigação, em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$ 3.317 (R\$ 21.201 em 2023), conforme Nota Explicativa nº 8a. A obrigação vinculada a esta cessão, registrada no passivo, totalizava R\$ 3.979 (R\$ 26.183 em 2023), conforme Nota Explicativa nº 18b.

O Banco cedeu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para o fundo BPD Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Consignados, crédito consignado anteriormente adquirido conforme estabelecido no "Convênio", pelo montante de R\$ 50.408, cujos valores nominais totalizavam R\$ 77.255. O lucro com esta Cessão foi de R\$ 6.033, registrado na rubrica "Lucro de Cessão de Créditos". (Nota Explicativa nº 26)

Não houve Cessão ou recompras de créditos realizadas com a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023 o Banco cedeu sem coobrigação para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, créditos pelo valor de R\$ 2.747, cujos valores nominais contabilmente totalizavam R\$ 4.621.O resultado líquido com esta Cessão foi de R\$ 2.431.

### i) Rendas com operações de crédito

<u> </u>	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	117.551	108.947
Financiamentos	15.571	21.378
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.756	809
Adiantamentos a depositantes	42	43
Rendas de financiamentos rurais	2.693	5.049
Aquisições de crédito - sem coobrigação	74.763	88.465
Total do resultado com operações de crédito	212.376	224.691

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Precatórios Municipais (*)	3.777	4.449
Precatórios Estaduais (*)	-	-
Precatórios Federais (*)	<u>-</u> _	3.165
Total Circulante	3.777	7.614
Não circulante		
Precatórios Municipais (*)	2.167	10.911
Precatórios Estaduais (*)	-	8.873
Precatórios Federais (*)	<u>-</u> _	7.518
Total não circulante	2.167	27.302
	5.944	34.916
(-) Provisão para perdas	(60)	(353)
Total (i)	5.884	34.563

<sup>(\*)</sup> Saldo representado por precatórios, já emitidos, pela União, por um Estado ou por um Município em decorrência de ação judicial transitada em julgado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Banco cedeu sem coobrigação a carteira de Precatórios Federais e Estaduais, pelo montante de R\$ 19.274, cujos valores nominais totalizavam R\$ 24.989. O resultado com esta Cessão foi de \$ 3.972, registrado na rubrica "Lucro de Cessão de Créditos". (Nota Explicativa nº 26 e nº 30).

### 10. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo – Circulante		
Depósitos voluntários - BACEN (i)	53.349	36.317
Bancos oficiais - Depósitos vinculados a convênios (ii)	-	1.432
Total	53.349	37.749
Passivo – Circulante		
Bancos correspondentes	487	494
Total	487	494

- (i) São depósitos voluntários a prazo, no Banco Central do Brasil, conforme Resolução BCB nº 129/2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a renda com aplicações voluntárias foi de R\$ 8.566 (R\$ 5.261 em 2023); e
- (ii) Referem-se a recursos depositados na Caixa Econômica Federal (CEF), oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 11. Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos

Composto por bens não destinados ao uso (BNDU), retomados de operações de crédito não honradas:

	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante			
Veículos	502	502	
Imóveis habitacionais (i)	3.079	2.879	
Total	3.581	3.381	

<sup>(</sup>i) Valor registrado pelo custo, conforme laudo de avaliação que não apresentou impairment.

### 12. Outros ativos - Diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Tributos a compensar e recuperar (i)	6	-
Devedores diversos no país - Contratos a liquidar	-	2.670
Devedores diversos no país - Cessões a liquidar	-	1.857
Comissões diferidas de captações (iii)	-	2.081
Prêmio ou desconto por transferência de ativos - Consignados de INSS (ii)	5.211	9.170
Prêmio ou desconto por transferência de ativos - Antecipação de saque		
aniversário FGTS (ii)	700	1.170
Prêmio ou desconto por transferência de ativos - SIAPE (ii)	225	398
Outros	1.069	1.765
	7.211	19.111
Não circulante		
Tributos a compensar e recuperar (i)	46.297	44.337
Recursos antecipados de câmbio	673	673
Comissões diferidas de captações (iii)	-	1.380
Prêmio ou desconto por transferência de ativos - Consignados de INSS (ii)	10.613	21.984
Prêmio ou desconto por transferência de ativos - Antecipação de saque		
aniversário FGTS (ii)	938	1.884
Prêmio ou desconto por transferência de ativos - SIAPE - Aquisição (ii)	503	1.008
Devedores por depósito em garantia (nota 34b)	7.943	8.251
Total	66.968	79.517

- (i) Representado substancialmente por antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados e INSS a recuperar. Deste montante, R\$ 14.456 refere-se ao pagamento para adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) (Nota Explicativa nº 33 d2); e
- (ii) Valores referentes ao diferimento dos preços dos créditos adquiridos conforme descrito na Nota Explicativa nº 8h.
- (iii) Durante o exercício de 2024, as comissões diferidas de captações foram reclassificadas para o Grupo COSIF de Captações (nota 15)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 13. Investimentos

	31/12/2024	31/12/2023
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.	1.833	1.833
Outros investimentos	284	284
Total	2.117	2.117

### 14. Depósitos

### a) Por prazo de vencimento:

	31/12/2024					31/12/2023	
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total	
À vista - Moeda Nacional	63.463	-	-	-	63.463	96.769	
À vista - Moeda Estrangeira	3	-	-	-	3	3	
Interfinanceiros	14.806	-	-	-	14.806	9.606	
A prazo	-	183.630	332.264	612.134	1.128.028	1.004.051	
(-) Comissões sobre captações	-	(673)	(1.218)	(2.245)	(4.136)	-	
	78.272	182.957	331.046	609.890	1.202.164	1.110.429	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com "Depósitos" foram de R\$ 139.565 (R\$ 153.429 em 2023) e as despesas com o "Fundo Garantidor de Crédito" foram de R\$ 1.698 (R\$ 1.718 em 2023). (Nota Explicativa nº 20).

### b) Taxa média praticada:

	31/12/202		31/12/2023		
	Pré	Pós	Pré	Pós	
Interfinanceiros	n/a	100,00	n/a	99,94	
A prazo	13,02	114,91	12,43	114,52	

As taxas praticadas para as captações de CDB Pós-fixados foram entre 98% e 122% do CDI (95% a 125% do CDI em 2023) e entre 100% do IPCA + 6,2 de taxa Pré e 100% do IPCA + 7% de taxa Pré. Para as captações de DI foi de 100% do CDI (99% e 110% do CDI em 2023).

### 15. Captações no mercado aberto

	31/12/2	31/12/2024		
	De 1 a 30 dias	Total	Total	
Carteira própria	41.150	41.150	29.104	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	41.150	41.150	29.104	
Total	41.150	41.150	29.104	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com "Captações no Mercado aberto" foram de R\$ 4.685 (R\$ 2.893 em 2023). (Nota Explicativa nº 20)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### Obrigações por empréstimos e repasses; Recursos de aceites e emissão de títulos e Dívidas subordinadas

	31/12/2024			31/12/2023			
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360	Acima de 360	Total	Total
Obrigações por repasses	4.081	-	-	-	-	4.081	6.991
Repasses do país - Instituições Oficiais (ii)	4.081	-	-	-	-	4.081	6.991
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	23.833	32.747	86.788	21.154	164.522	252.901
Obrigações por emissões de letras de créditos do agronegócio (iii)	-	4.738	1.490	38.266	12.805	57.299	149.124
Obrigações por emissões de letras de crédito imobiliário (iv)	-	19.111	31.272	48.614	8.376	107.374	103.777
(-) Comissões sobre Emissões de LCA e LCI		(16)	(15)	(92)	(28)	(151)	
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	38.470	38.470	32.963
Dívidas subordinadas elegíveis à capital	-	-	-	-	38.470	38.470	32.963
	4.081	23.833	32.747	86.788	59.624	207.073	292.855

- (i) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social PSH;
- (ii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Deste montante do exercício de 2024, A taxa praticada foi entre 91% e 116% do CDI (91% a 101% do CDI em 2023);
- (iii) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários. Em 2023, deste montante R\$ 2.361 referem-se a emissão com o acionista majoritário do Banco. A taxa praticada foi entre 93,5% e 106% do CDI (93,5% e 106% do CDI em 2023 (Nota Explicativa nº 30); e
  - (iv) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13. Deste montante, R\$ 30.023 (R\$ 27.815 em 2023) refere-se a emissão para o acionista majoritário do Banco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com "Recursos de Aceites e emissão de Títulos" foram de R\$.22.823 (R\$ 34.940 em 2023) (Notas Explicativas nº 20 e nº 30); e as despesas com "Dívidas Subordinadas" foram de R\$ 5.507 (R\$ 5.540 em 2023). (Nota Explicativa nº 20)

### 17. Provisões para pagamentos a efetuar

	31/12/2024	31/12/2023
Férias	2.736	3.154
13º Salário	-	-
PLR	9	194
Aluguéis	194	574
Assessoria técnica	1.563	-
Serviços de terceiros	270	268
Outras	-	256
Total	4.772	4.446

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 18. Outros passivos

### a) Fiscais e previdenciárias

		31/12/2024	31/12/2023
	Circulante		
	Impostos e contribuições a recolher	3.482	3.127
	Total	3.482	3.127
b)	<u>Diversas</u>		
	-	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante		
	Obrigações por operações vinculadas a cessão com		
	coobrigação (Nota Explicativa nº 8h)	1.373	7.913
	Operações a repassar - Cessão BPD	681	-
	Contratos a liquidar	490	-
	Outros valores a pagar	142	1.136
	Total	2.686	9.049
	Não circulante		
	Obrigações por operações vinculadas a cessão com		
	coobrigação (Nota Explicativa nº 8h)	2.606	18.271
	Total	5.293	18.271

### 19. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 15 de outubro de 2024 foi deliberada a elevação do Capital Social de R\$ 184.300 para R\$ 284.300, com integralização em moeda corrente nacional pelo acionista majoritário no montante total de R\$ 100.000, nos seguintes termos:

- a) foram emitidas 232.558.140 (duzentos e trinta e dois milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil e quarenta) novas ações pela companhia, sendo 116.279.070 (cento e dezesseis milhões, duzentas e setenta e nove mil e setenta) ações ordinárias e 116.279.070 (cento e dezesseis milhões, duzentas e setenta e nove mil e setenta) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal;
- b) as novas ações têm o preço de emissão de R\$ 0,43 (quarenta e três centavos de real) por ação, independentemente da classe, definido pelos acionistas com fundamento no artigo 170, §1º, da Lei nº 6.404/79;
- c) em outubro de 2024, registrou-se como aumento de capital o valor de R\$ 50.000, aportado pelo acionista em moeda corrente nacional e R\$ 50.000 como "capital a integralizar";

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

d) em 28 de novembro de 2024 conforme Ofício BACEN nº 32.138/2024—BCB/Deorf/GTSP1, o aumento do Capital Social foi aprovado e o acionista aportou mais R\$ 19.000, em moeda corrente nacional, restando o montante de R\$ 31.000 a integralizar.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado de R\$ 253.300 (R\$ 184.300 em 2023) e R\$ 31.000 a integralizar, é representado por 259.086.778 (424.458.216 em 2023) ações sem valor nominal, todas nominativas, divididas em 129.543.389 (212.229.108 em 2023) ações ordinárias e 129.543.389 (212.229.108 em 2023) ações preferenciais.

#### b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

#### c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. Em virtude do Prejuízo no exercício de 2024, no montante de R\$ 68.017, não houve constituição de Reservas.

#### d) Reserva estatutária

O Banco deve destinar 10% (dez por cento) do lucro líquido para constituição de reserva estatutária, destinada a assegurar a sua adequada margem operacional, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social.

O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto do Banco, terá a destinação proposta pela Diretoria e homologada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva Estatutária de Lucros.

Em virtude do Prejuízo no exercício de 2024, no montante de R\$ 68.017, não houve constituição de Reservas.

#### e) Ajuste ao Valor de Mercado de TVM disponíveis para venda

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é negativo de R\$ 8.069 (R\$ 16 positivo em 2023) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos, que são marcados a mercado (Nota Explicativa nº 6).

#### f) Prejuízo/Lucros Acumulados

Conforme Resolução nº 4.872/20, o lucro apurado e não distribuído no exercício, após a destinação da reserva legal, deve ser destinado à conta de reserva estatutária de lucros. Em 31 de dezembro de 2024 o prejuízo auferido no Exercício foi de R\$ 68.017 (Prejuízo de R\$ 17.228 em 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

## 20. Despesas de captação no mercado

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo (Nota Explicativa nº 14)	138.501	152.321
Captações no mercado aberto (Nota Explicativa nº 15)	4.685	2.893
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (Nota Explicativa nº 14)	1.698	1.718
Depósitos interfinanceiros (Nota Explicativa nº 14)	1.064	1.108
Letras financeiras (nota 16 e 30)	5.507	5.540
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (Nota Explicativa nº 16 e nº 30)	11.540	24.105
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (Notas Explicativas nº 16 e nº 30)	11.283	10.835
Total	174.278	198.520

## 21. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

#### a) Receitas com prestação de serviços

31/12/2024	31/12/2023
4.070	4 444
	1.411
2.830	1.100
485	22
16	-
350	244
5.058	2.777
	1.378 2.830 485 16 350

## b) Rendas de tarifas bancárias

	31/12/2024	31/12/2023
Tarifas de transferências de recursos	654	750
Rendas de tarifas bancárias (i)	28.062	20.567
Outras tarifas	31	34
Total	28.747	21.351

 <sup>(</sup>i) As receitas com Tarifas bancárias aumentaram em relação ao mesmo período do ano anterior tendo como base, substancialmente o aumento de tarifas de contrato.

## 22. Despesas de pessoal

31/12/2024 31/12/2023 21.633 24.840 Proventos 9.548 9.996 Encargos sociais Benefícios 6.693 7.281 7.156 7.577 Honorários 32 21 Treinamentos Remuneração de estagiários 36 64 45.098 49.779 **Total** 

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

## 23. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços técnicos especializados	8.844	9.701
Processamento de dados	15.928	16.290
Aluguéis	2.784	2.881
Sistema financeiro	1.767	2.099
Comunicações	936	887
Serviços de terceiros	1.093	1.009
Emolumentos cartorários	1.080	1.583
Comissão de correspondente	4.375	7.924
Consultoria financeira	16.670	9.152
Multas aplicada pelo Banco Central (nota34d)	-	12.129
Outras	3.321	3.013
Total	56.798	66.668

## 24. Despesas tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.693	1.216
Contribuição à Cofins	6.873	5.086
Contribuição ao PIS	1.117	827
Outras	640	4.932
Total	10.323	12.061

## 25. Despesas com provisões

_	31/12/2024	31/12/2023
Atualizações monetárias de impostos e contribuições (nota 34)	99	74
Contingências - Judiciais e legais (nota 34) (i)	642	5.507
Reversão de provisões para riscos cíveis (nota 34)	(169)	(52)
Reversão de provisões para precatórios	(415)	(493)
Provisões para contingências trabalhistas (nota 34)	930	681
Reversão de provisões para riscos trabalhistas (nota 34)	(243)	(636)
Reversão de provisões para riscos fiscais	(61)	-
Despesas do auto de infração da Receita Federal (ii)	74.146	504
Reversão de provisão de processos RFB – Juros	-	(4.178)
Honorários de contingências (nota 34)	57	277
Reversão Honorários de contingências (nota 34)	(13)	-
Provisão sobre fianças prestadas	1	123
Reversão de provisão de despesa de pessoal	-	(1.135)
Reversão de provisões de fianças	(122)	(37)
Total	74.852	635

<sup>(</sup>i) Substancialmente, em 2023, representado por um processo cível, com revisão de probabilidade de possível para provável, ocasionando, assim, a constituição de uma provisão. O processo foi encerrado no exercício de 2023. (Nota Explicativa nº 33 b3).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

(ii) Trata-se de pedido de revisão de capacidade de pagamento (CAPAG) – nota 33d

## 26. Outras receitas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Variações monetárias ativas Juros sobre precatórios do tesouro nacional	3.746 4.225	4.004 11.046
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	425	426
Cessão de precatórios (*)	1.791	14.464
Lucro de cessão de consignados - nota 8h	7.025	767
Rendas de garantias prestadas	64	182
Recuperação de encargos e despesas	1.128	2.091
Ressarcimento de portabilidade	4.106	3.759
Outras	1.608	1.220
Total	24.118	37.959

<sup>(\*)</sup> Cessão com precatórios com acionistas do Banco (Nota Explicativa nº 30).

## 27. Outras despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Amortizações e depreciações	386	681
Baixa de depósito	1.501	1.303
Cessão com coobrigação (nota 8g)	1.873	6.166
Cessão sem coobrigação (nota 8g)	-	1.927
Despesas financeiras – PSH	472	496
Repasse - Contratos cedidos - BPD	7.344	-
Diferimento consignado INSS (nota 8h e nota 12)	15.142	20.327
Diferimento de aquisição – SIAPE	678	705
Diferimento de aquisição de saque FGTS	1.634	1.935
Outras assessorias	22	1.967
Termo de Compromisso BACEN - (nota 34)	-	4.000
Variação cambial	-	22
Outras	3.144	3.614
	32.196	43.143

## 28. Resultado não operacional

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo ou Lucro alienação de intangível	-	(478)
Lucro resgate investimento	-	495
Aluguel da marca - Reserva metais (nota 14)	486	497
Lucro / Prejuízo alienação BNDU	(377)	73
Outros	60	64
Total	169	651

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

## 29. Imposto de renda e contribuição social

## a) Conciliação das despesas das provisões do imposto de renda e da contribuição social

<u>contribuição social</u>	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(61.997)	(29.737)
(-) Participações nos lucros	(884)	(246)
Resultado antes da tributação e depois das participações	(62.881)	(29.983)
Adições e exclusões temporárias	28.241	4.043
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	1.387	235
Perdas associadas ao risco de crédito	28.220	11.128
Provisões de processo RFB – Juros	_	(3.674)
Provisões para passivos contingentes (nota 34)	(330)	(3.478)
Outras adições e exclusões temporárias	(1.037)	(168)
Adições e exclusões permanentes	74.721	1.639
Outras adições e exclusões permanentes(i)	74.721	1.639
Base de cálculo	40.081	(24.301)
Imposto de renda / Contribuição social	(12.602)	_
Deduções - Incentivos fiscais	168	_
Imposto de renda e contribuição social	(12.433)	-
Ativo fiscal diferido	7.297	12.755
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.136)	12.755
Substancialmente, referente de nedide de reviere de conscidede de neces	aceta (CADAC)	note 22d

<sup>(</sup>i) <u>Substancialmente, referente ao</u> pedido de revisão de capacidade de pagamento (CAPAG) – nota 33d

#### b) As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão perdas associadas ao risco de crédito baixados como prejuízo	63.523	35.304
Provisão para contingências	1.572	2.939
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	5.594	4.206
Prejuízo fiscal / Base negativa	39.156	51.181
Total dos Créditos Tributários	109.845	93.630
Ajuste de valor de mercado TVM - Disponível para venda	14.671	(30)
Total dos Créditos Tributários após ajuste de valor de mercado TVM Disponível para venda	124.516	93.600

mercado TVM - Disponível para venda

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício de 2024 e exercício de 2023:

	31/12/2023	Constituição	Realização Reversão	31/12/2024
Perdas esperadas com operações de crédito	15.887	19.841	(7.143)	28.585
Provisão para riscos fiscais e contingências	1.322	46	(660)	708
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	1.893	696	(71)	2.518
Prejuízo fiscal/Base negativa	23.031		(5.411)	17.620
Total dos Créditos Tributários	42.133	20.581	(13.285)	49.431
Ajuste de valor a mercado TVM - Disponível para venda	(13)	6.615		6.602
Total dos Créditos Tributários após ajuste de valor de mercado TVM - Disponível para venda	42.120	27.197	(13.285)	56.033
<u>-</u>	31/12/2022	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2023
Perdas esperadas com operações de crédito	<b>31/12/2022</b> 10.880	Constituição 9.385	-	<b>31/12/2023</b> 15.887
Perdas esperadas com operações de crédito Provisão para riscos fiscais e contingências			Reversão	
	10.880	9.385	<b>Reversão</b> (4.378)	15.887
Provisão para riscos fiscais e contingências	10.880	9.385 3.111	(4.378) (6.405)	15.887 1.322
Provisão para riscos fiscais e contingências Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	10.880 4.616 1.787	9.385 3.111 310	(4.378) (6.405)	15.887 1.322 1.893
Provisão para riscos fiscais e contingências Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação Prejuízo fiscal / Base negativa	10.880 4.616 1.787 12.096	9.385 3.111 310 10.935	(4.378) (6.405) (204)	15.887 1.322 1.893 23.031

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 4.842/2020. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 38.528 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Perdas esperadas com operações de crédito	4.288	3.430	3.464	3.846	13.557	21.731
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	177	177	177	177	995
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	423	474	478	531	611	2.083
Ajuste de valor a mercado TVM - Disponível para venda	-	74	986	5.240	302	4.465
Prejuízo fiscal/Base negativa	17.620	-	-	-	-	17.620
Total	22.331	4.155	5.106	9.793	14.647	56.032
Valor Presente	19.381	3.108	3.310	5.522	7.207	38.528

## 30. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	7.883	4.763	-	-
Depósitos a prazo	(91.007)	(93.509)	(15.113)	(13.354)
Letra financeira - Dívida subordinada (Nota				
Explicativa nº 16)	(32.462)	(32.546)	(5.507)	(5.470)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (Nota				
Explicativa nº 16 e 20)	-	(3.859)	-	(790)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (Nota				
Explicativa nº 16 e 20)	-	(21.498)	-	(4.750)
Direitos creditórios sem coobrigação (*)	-	-	-	2.431
Cessão com precatórios (**)	-	-		14.464

<sup>(\*)</sup> Não houve Cessão de Direitos creditórios com a Paulista – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. durante o exercício de 2024 (Nota Explicativa nº 8h); e

<sup>(\*\*)</sup> Cessão com precatórios, durante o primeiro semestre de 2024, com acionistas do Banco (Nota Explicativa nº 26).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

#### a) Remuneração do pessoas-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	31/12/2024	31/12/2023	
Remuneração fixa	7.577	3.146	
Encargos sociais	1.705	708	
Total	9.282	3.854	

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoaschave da Administração.

#### 31. Gerenciamento de riscos

#### Apetite de risco

A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do *Chief Risk Officer* (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de Governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de Governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

#### Tipos de riscos:

#### a) Risco de liquidez

O risco de liquidez tem origem da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

#### c) Risco de mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas às paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking* e *Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### d) Risco operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

#### e) Gestão de capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução nº 4.557/17 do CMN.

#### f) Análise de sensibilidade

O Banco Paulista realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes, acompanhando os resultados obtidos na apuração de riscos da carteira Bancária.

Como o cálculo é feito de forma seguindo metodologia padronizada pelo Banco Central através do Sistema de Gestão de Riscos Financeiros, não consideram, portanto, a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras de riscos, minimizando ao menos parcialmente perdas significativas. Este estudo tem fins exclusivos de gestão de riscos, sendo dissociado das práticas contábeis adotadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### g) Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Atualizamos nosso compromisso regulatório seguindo as novas diretrizes trazidas através da Resolução CMN 4.943/2021 que altera a Resolução nº 4.557/17 de "Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR)", incluindo diretrizes relacionadas à gestão dos riscos social, ambiental e climático, e da Resolução CMN 4.945/2021, que dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Ambas entraram em vigor a partir de 1º de dezembro de 2022, para instituições financeiras do Segmento S4, o qual a companhia se enquadra.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) apresenta os princípios, estratégias e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a serem observados na condução dos nossos negócios, atividades e processos, bem como em sua relação com as partes interessadas, estando 100% alinhada ao posicionamento institucional da companhia no âmbito das questões ESG.

Além disso, ressalta-se que a avaliação do risco social, ambiental e climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e fornecedores relevantes do Banco Paulista e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente e/ou fornecedor relevante em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos sociais, ambientais e climáticos de suas atividades. Ao final deste processo, é atribuído um *rating* RSAC (Risco Social, Ambiental e Climático para os clientes elegíveis, bem como fornecedores relevantes.

Esse processo faz parte e contribui para a robustez da estrutura de gerenciamento integrado de riscos da companhia, compondo uma dimensão exclusiva na matriz de Apetite a Risco (RAS) da instituição, acompanhada periodicamente pela Diretoria.

#### 32. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 31 de dezembro 2024, correspondiam a R\$ 3.894 (R\$ 616 em 31 de dezembro de 2023), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 45 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2023).

# 33. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

#### a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

## b) <u>Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações</u> legais

#### b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias.

Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

#### b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

#### b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 1º de janeiro de 1996 e 07 de junho 1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre e exercício, estão a seguir apresentadas:

Provisões para contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais(i)	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do semestre/exercício	243	1.842	1.392	3.477	6.954
Constituições	698	679	74.146	75.523	6.262
Realizações	(1.123)	(646)	-	(1.769)	(8.470)
Atualizações	425	3	60	488	28
Reversões	(243)	(169)	(61)	(473)	(688)
Honorários	-	57	-	57	277
Reversão de honorários		(13)	0	(13)	(888)
Saldo no final do semestre/exercício		1.754	75.537	77.292	3.475

Depósitos judiciais						
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/12/2024	31/12/2023	
Saldo no início do semestre/exercício	1.988	1.352	4.912	8.251	8.411	
Atualizações	85	114	225	425	426	
Constituições	1.344	240	-	1.583	638	
Reversões	(713)	(190)	-	(902)	-	
Baixas	(1.150)	(134)	-	(1.284)	(790)	
Custas Judiciais	(3)	-	-	(3)	-	
Levantamentos	-	(66)	(61)	(127)	(434)	
Saldo no final do semestre/exercício	1.551	1.316	5.076	7.943	8.251	

### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 75 processos (37 processos em 2023) de natureza cível que somam R\$ 4.793 (R\$ 3.000 em 2023), 19 processos (18 processos em 2023) de natureza trabalhista que somam R\$ 4.523 (R\$ 4.567 em 2023) e 03 processos (03 processo em 2023) de natureza fiscal que somam R\$ 3.292 (R\$ 2.817 em 2023), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras; e
- Ações trabalhistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### d) Processos em Curso

#### d.1) Operação Lava Jato

Em 08 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", relacionadas com o Grupo Odebrecht, na qual o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio. E em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 74ª fase da operação Lava Jato cujos alvos foram contratos realizados com o Grupo Petrobras, em relação a sobretaxas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações.

A atual gestão do Banco desconhece as operações investigadas pela "Operação Lava Jato" e reafirma que a Instituição sempre se pautou pela legalidade e segue todas as normas e diretrizes do Banco Central do Brasil.

Adicionalmente o Banco não faz parte das acusações de ordem criminal, não tendo, portanto, que se falar em análise de êxito na esfera financeira. Cumpre informar que inexiste previsão de responsabilidade penal de pessoas jurídicas no ordenamento jurídico brasileiro, salvo em casos de crimes ambientais. Os procedimentos de ordem criminal acima referenciados, por sua vez, não têm como objeto crimes ambientais aptos a reclamar a responsabilização penal da pessoa jurídica.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

Até o encerramento destas demonstrações contábeis, a administração informa não ter havido atualizações, ou novas informações, sobre este assunto.

#### d.2) Processo – Receita Federal

Em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco.

No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por *legal opinion* emitido em 04 de março de 2024 pelos assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Em 28 de fevereiro de 2023 o Banco protocolou a intenção de adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), no qual realizou o pagamento do montante de R\$ 12.898, cujo valor atualizado é de R\$ 14.456 (Nota Explicativa nº 12). Este programa concede descontos de até 100% dos juros e das multas, observado o limite de 65% sobre o valor total do crédito objeto da negociação, variando de acordo com diversos fatores, inclusive da capacidade de pagamento apurada por meio de cálculos estatísticos. Note-se que o pedido de adesão não implica deferimento automático, tampouco representa confissão irretratável dos respectivos débitos.

O processo referente ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), até a emissão destas demonstrações, continua pendente de análise pela Receita Federal e as respectivas defesas dos autos de infração estão em curso, com probabilidade de perda avaliadas pelos assessores jurídicos como possível ou remota, desta forma não foi efetuada nenhuma provisão em relação a esse assunto.

Em 19 de setembro de 2024, o Banco, paralelamente ao "Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF)", protocolou na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) um pedido de revisão da capacidade de pagamento (CAPAG).

Em 15 de outubro de 2024, a PGFN deferiu parcialmente o pedido, reduzindo a capacidade de pagamento em 60 meses, o montante de R\$ 74.146, com registro na rubrica de "Provisão para contingências fiscais". (Nota 25)

#### d.3) Termo de compromisso

No curso do exercício de 2022 foi instaurado "Termo de Compromisso" pelo BACEN, sendo neste caso aplicada multa de R\$ 4.000 e R\$ 12.081, pagas em 27 de fevereiro de 2023 e 31 de julho de 2023, respectivamente, onde o Banco reafirmou melhorias em suas ações, bem como a elaboração do Plano de Ação com aprimoramento no processo de Governança.

Com a liquidação destes valores durante o exercício de 2023, a Administração entende que este assunto foi integralmente concluído junto ao Banco Central do Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

## 34. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basiléia	31/12/2024	31/12/2023
PR	170.458	175.376
PR nível I	147.376	149.006
Capital Principal	147.376	149.006
PR nível II	23.082	26.370
RWA Cpad - Crédito	1.200.632	1.198.740
RWA Cam - Câmbio	68	1.521
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	1.284	277
RWA Opad - Operacional	164.098	154.973
RWA – Total	1.366.083	1.355.512
PR Mínimo	109.287	108.440
Índice de Basiléia (PR/RWA Total)	12,48%	12,94%
Índice Nível I (PR nível I/RWA Total)	10,79%	10,99%
Índice Capital Principal (CP/RWA Total)	10,79%	10,99%
Índice de Basileia Amplo (PR/(RWA Total + Rban))	12,17%	12,62%

O índice da Basiléia, para a data-base de 31 de dezembro de 2024, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 12,48% para o Conglomerado Financeiro.

O Banco encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

# 35. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 4.910/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

## 36. Outras informações

#### a) Resultados não recorrentes

31/12/2024	31/12/2023
(68.017)	5.303
(190)	(190)
	-
(715)	(715)
(953)	(167)
(74.146)	-
34.202	482
(41.802)	(590)
(26.215)	4.713
	(68.017) (190) (715) (953) (74.146) 34.202 (41.802)

#### 37. Outros assuntos

- A Participação nos Lucros e Resultados, no montante de R\$ 874, foi paga aos funcionários no mês de setembro de 2024, referente ao Lucro auferido no 1º semestre de 2024.
- 2) A partir de 1º de janeiro de 2025, as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21, juntamente com as modificações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabelecem novos critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, abrangendo a designação e o reconhecimento das relações de hedge a serem adotadas pelas instituições financeiras, incluindo o Banco Paulista S.A., e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Esses critérios abarcam diversos aspectos, como a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros, o reconhecimento de provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito, a atualização dos instrumentos financeiros com base na taxa efetiva de juros contratual, e o reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.
  - O Planejamento de Implementação, inicialmente delineado com base nas diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 4.966/21 e adotado pelo Banco Paulista S.A., foi executado ao longo do exercício de 2024, visando à efetiva implementação a partir de 1º de janeiro de 2025. Além disso, há um Comitê específico, composto por diversas áreas, responsáveis por identificar os impactos da adoção dos normativos e acompanhar sua implementação, levando em consideração, entre outros aspectos, os efeitos nos processos e sistemas legados, bem como a revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

- 3) Principais normas e alterações normativas que entrarão em vigor em períodos futuros:
  - Resoluções CMN nº 4.966/2021, CMN nº 5.100/2023, CMN nº 5.146/2024 e complementares Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e para a designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 Instrumentos Financeiros. Para os requisitos de contabilidade de hedge, a vigência definida pelo Banco Central é 1º de janeiro de 2027.
  - Resolução CMN nº 5.100/2023 Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/21 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.
  - Resolução CMN nº 5.199/2024 Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, altera a Resolução CMN nº 4.955 ao instituir cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório, em linha com as recomendações do Comitê de Basileia. Estabelece adição ao capital principal do valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido decorrente da aplicação do novo modelo de provisionamento de perdas associadas ao risco de crédito.
- 4) Os principais aspectos e impactos das normas estão apresentados a seguir:
  - Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

As classificações devem ser realizadas com base no modelo de negócios da instituição para a gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

- o Custo Amortizado (CA): Ativos geridos para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ).
- o Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos geridos tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda.
- o Valor Justo no Resultado (VJR): Ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores.

Os passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado ou, em algumas exceções (como em Derivativos), ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

#### Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Resolução CMN nº 4.966/21 determina, além disso, a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual o Banco deve reconhecer as perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O Banco integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, a metodologia adotada será a metodologia simplificada, determinados pela Resolução BCB nº 352/23, observando as carteiras (C1 a C5) e os períodos de atraso das operações. A constituição de provisão para perda esperada será para os ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito a liberar. A fim de realizar a apuração, os ativos foram segregados nos seguintes conceitos:

- Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, aplicando os percentuais descritos no Anexo II da Resolução nº 352/23 para apuração do valor da provisão.
- Ativos financeiros problemáticos inadimplidos: refere-se aos ativos com atraso superior a noventa (90) dias, aplicando os percentuais descritos no Anexo I da Resolução nº 352/23 para apuração do valor da provisão, em conjunto com os percentuais descritos no Art. 78, § 1º, Inciso III, resultando no valor da provisão adicional.
- Ativos Financeiros problemáticos adimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito com atraso inferior a noventa (90) dias, aplicando os percentuais descritos no Art. 78, § 1º, Inciso II, resultando no valor da provisão adicional.

#### Impactos da adoção da norma

• Classificação e mensuração

Ao comparar as classificações e mensurações de acordo com o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes de classificação e mensuração introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pela Diretoria, o Banco verificou que não há impactos decorrentes da adoção da nova regulamentação.

#### Perdas esperadas

O Banco avalia que a transição para a Resolução CMN nº 4.966/21, ao aplicar novas bases para constituição da provisão para perda esperada, impactará em uma redução do patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 16.981, líquida dos efeitos tributários, sendo reconhecida, em contrapartida, às reservas de lucros, em 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

## 38. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2024 até a data da aprovação destas demonstrações contábeis, não ocorreram outros eventos que necessitam de divulgação.

Bruno Cunha Almeida Diretor Rui Luis Fernandes
Diretor

Ana Cristina Alves Afonso CRC 1SP234300/O-5